



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

QUARTERIO DE JESUS TORRES BENAVIDES - Ten Cel

**Força Aérea da República Dominicana nas Operações de Apoio a Segurança
Pública no Período 2019-2020**

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA
COORDENADORIA ACADÊMICA
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

QUARTERIO DE JESUS TORRES BENAVIDES - Ten Cel

**Força Aérea da República Dominicana nas Operações de Apoio a Segurança
Pública no Período 2019-2020**

Trabalho de conclusão de curso
apresentado ao Curso Avançado de
Comando e Estado-Maior da Escola de
Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.
Linha de Pesquisa: Operações Militares.
Orientador: : Leonardo Schiller Cechin

Rio de Janeiro
2021

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa sobre a "FORÇA AEREA DA REPÚBLICA DOMINICANA NAS OPERAÇÕES DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA NO PERÍODO 2019-2020" foi realizado com o objetivo de evidenciar a influência da criação do Esquadrão de Segurança Pública nas operações militares destinadas à manutenção da ordem pública, com a intenção de resolver o problema da delinquência que afeta a República Dominicana. Sendo evidentes as capacidades que uma organização deve ter para o emprego, enfatizando assim, por outro lado, saber que as operações militares devem estar relacionadas às tarefas policiais podendo desta forma cumprir eficientemente as missões e que sem uma doutrina policial que seja aplicada aos militares, as operações seriam cumpridas de forma insatisfatória. Este trabalho foi abordado com base em documentos escritos de lições aprendidas por teóricos especialistas, que em seus diferentes trabalhos de pesquisa argumentam a importância dos militares na segurança pública. Além disso, foram identificados alguns aspectos que auxiliaram na análise dos resultados após a criação do Esquadrão de Segurança Pública, para que isto pudesse ser verificado pelos mesmos militares engajados na segurança pública.

Palavra-chave: Segurança Pública; Esquadrão de Segurança; Operações Policiais; reestruturação.

RESUMEN

El presente trabajo de investigación sobre la “FORÇA AEREA DA REPÚBLICA DOMINICANA NAS OPERAÇÕES DE APOIO A SEGURANÇA PÚBLICA NO PERÍODO 2019-2020”, se realiza con el fin de evidenciar la influencia de la Fuerza Aérea de Republica Dominicana con la creación del Escuadrón de Seguridad Publica en las operaciones militares destinadas al orden público, con la intención de resolver el problema de la delincuencia que afecta a la Republica Dominicana. Siendo evidente las capacidades que debe tener una organización para este empleo, destacando así por otro lado saber que la operaciones militares deben de estar relacionadas con las tareas policiales pudiendo de esta manera cumplir eficientemente las misiones, de igual forma resaltando que sin una doctrina policial que sea aplicada a los militares las operaciones se cumplirían insatisfactoriamente. Este trabajo fue abordado en base a documentos escritos de lesiones aprendidas por teóricos expertos que en sus diferentes trabajos de investigación argumentan la importancia de los militares en la seguridad pública, por lo que esto al final pudo ser comprobado por los mismos militares empeñados en la seguridad pública.

Palabra llave: Seguridad Pública; Escuadrón de Seguridad; Operaciones policiales; Reestructuración.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Conformidade nas operações	21
Figura 2 - Desenvolvimento de capacidade	22
Figura 3 - Controle e centralização.....	23
Figura 4 - Fortalecimento - Capacidades	24
Figura 5 - Pontos fracos diante da ESP devido à falta de estrutura e doutrina	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Conformidade nas operações.....	21
Tabela 2 - Desenvolvimento de capacidade.....	22
Tabela 3 - Controle e centralização.	23
Tabela 4 - Fortalecimento - Capacidades.....	24
Tabela 5 - Pontos fracos diante da ESP devido à falta de estrutura e doutrina.....	25

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS*

ESP– Esquadrão de Segurança Pública

FARD–Força Aérea da República Dominicana

TOE– Tabela Organização e Equipamentos

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	METODOLOGIA	11
3	REFERENCIAL TEÓRICO	12
3.1	Capacidades do Esquadrão de Segurança Pública	12
3.2	Operações da Esquadra de Segurança Pública	15
3.2.1	Operações e planos utilizados para a Segurança Pública	17
3.3	Debilidade de Esquadrão de Segurança Pública	18
4	APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS	20
5	CONCLUSÃO	26
	REFERÊNCIAS	28

1 INTRODUÇÃO

A República Dominicana tem demonstrado grande preocupação com o crescimento de atos criminosos, incluindo atos violentos, roubos, assassinatos, sequestros; além de diversos atos contrários às normas vigentes. Com isso, a Nação deve colocar em sua agenda, a necessidade de enfrentar este problema, com a finalidade de dar resposta e segurança à população.

As operações militares que estão sendo desenvolvidas com maior importância e relevância são as de atendimento ao Plano de Segurança Pública. Um aspecto relevante para as Forças Armadas é o desempenho operacional dos militares em apoio à polícia, que de certa forma trazem paz e tranquilidade a todos os cidadãos. Estas operações têm sido implementadas devido ao grande aumento da criminalidade, o que é compreensível, uma vez que a Polícia Nacional não tem a capacidade operacional e recursos adequados para fazer face a este flagelo, gerando insegurança e incerteza aos cidadãos.

A obrigação de enfrentar este problema, como o aumento da violência e agitação entre os cidadãos, tem levado o Estado a utilizar as Forças Armadas em prol das Operações de Segurança Pública. Para tal, em 2019, a Força Aérea criou uma unidade exclusiva para apoiar estas operações, a fim de aumentar a colaboração com a Segurança Nacional. Assim, fica notória a importância dada pela República Dominicana a segurança pública bem como a responsabilidade do Estado em empregar e administrar medidas e programas para enfrentar as causas da criminalidade no país.

Devido ao tema mencionado em questão, surge, portanto, o questionamento: Qual a influência da criação do Esquadrão de Segurança, nas Operações de Segurança Pública da República Dominicana nos anos de 2019 e 2020?

O trabalho de pesquisa estabeleceu a hipótese de que a Força Aérea da República Dominicana, além de sua função principal de Defesa do Espaço Aéreo em prol da Soberania Nacional, criou um Esquadrão, dedicado exclusivamente para ser empregado nas operações de segurança pública, trazendo benefícios para as operações implementadas pela Força Aérea.

Na busca pela resposta ao problema supracitado foi estabelecido como objetivo geral: analisar os impactos da criação do Esquadrão de Segurança da Força

Aérea, nas operações de Segurança Pública da República Dominicana nos anos de 2019 e 2020.

Para que fosse atingido o objetivo geral e com o intuito de balizar as ações da pesquisa foram definidos os objetivos específicos abaixo:

- a) identificar as capacidades do Esquadrão de Segurança;
- b) identificar as operações do Esquadrão de Segurança;
- c) identificar os problemas das Unidades de Segurança, antes da criação do Esquadrão de Segurança; e
- d) analisar os resultados do Esquadrão de Segurança nas Operações de Segurança Pública.

O estudo relacionado a "Força Aérea da República Dominicana nas operações de Segurança Pública no período 2019-2020", teve como objetivo dar uma resposta sobre como a Força Aérea, ao reestruturar suas Unidades de Segurança Pública, utilizou operações apropriadas e com Unidades destinadas exclusivamente à segurança pública, verificando o bom desempenho do trabalho em sua área de responsabilidade, em conjunto com a Polícia Nacional no tratamento e enfrentamento da situação criminal, colaborando para aumentar a segurança interna do país, trazendo por consequência uma maior tranquilidade aos cidadãos.

Considerando que a criminalidade aumentou e se introduziu de forma alarmante e significativa em anos anteriores, e que as autoridades determinaram deter seus progressivos índices, foi necessária a criação do Plano Nacional de Segurança Pública como principal medida de combate a esse mal que assolava a sociedade, portanto, as Forças Armadas da República Dominicana tiveram que enfrentá-lo enérgica e continuamente em todo o território nacional.

Este trabalho de pesquisa se faz importante, tendo em vista que a ação das frações de Segurança Pública da Força Aérea estão constantemente sendo avaliadas pela opinião pública, favorecendo o respaldo das operações. Além disso, este assunto é de interesse das autoridades nacionais, cabendo verificar se as mudanças na estrutura das Unidades da Força Aérea estão trazendo maiores benefícios ao apoiarem as operações de coibição a atos criminosos.

2 METODOLOGIA

O trabalho de pesquisa foi desenvolvido por meio de uma abordagem qualitativa, com base em informações obtidas em diversas fontes bibliográficas e documentais, incluindo outros recursos, para fortalecer e apoiar a pesquisa em questão, como o objetivo de determinar a influência da Força Aérea Dominicana na Segurança Pública por ocasião dos resultados alcançados após a criação do Esquadrão de Segurança Pública.

Para realizar esta pesquisa e obter os dados necessários sobre a utilização da Força Aérea Dominicana na Segurança Pública, assim como os resultados da criação do Esquadrão de Segurança Pública, foi tomado por base um raciocínio dedutivo que buscou as respostas ao problema levantado nesta pesquisa, a qual analisou a influência da criação do referido Esquadrão.

O tipo de estudo realizado foi a pesquisa documental, uma vez que se apoiou em fontes documentais de qualquer natureza, ou seja, bibliográficas ou arquivistas, teve também um âmbito exploratório que dará lugar a futuras pesquisas de maior aprofundamento.

Para esta pesquisa, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, que se basearam em documentos científicos, fatos e / ou ideias estudadas sob novos aspectos, bem como informações analisadas que deram suporte a este trabalho.

Nesta pesquisa, foi considerada como elemento ou objeto de estudo a população composta pelos membros do Esquadrão de Segurança Pública da Força Aérea Dominicana que atuam ativamente na Segurança Pública e que participaram nesses tipos de missões antes da criação da referida Unidade, quando faziam parte de Unidades dispersas pelo território nacional.

Da mesma forma, foram utilizados programas de computador para interpretar os resultados da análise da pesquisa, como o Microsoft Excel, uma vez que facilitam a apresentação gráfica e análise dos resultados.

Os dois primeiros objetivos específicos: Identificar as capacidades do Esquadrão de Segurança e identificar as operações do Esquadrão de Segurança, foram alcançadas por meio de pesquisa bibliográfica, as conceituações e teorias coletadas na literatura relacionada a segurança pública.

Quanto ao terceiro objetivo específico: Identificar os problemas das Unidades de Segurança, antes da criação do Esquadrão de Segurança foi abordado Através

das revisões de investigações relacionadas a militares e organizações, nas quais havia uma fraqueza dominante para cumprir as missões da ordem pública, alcançando assim examinar alguns deles.

Finalmente, o quarto e último objetivo específico: analisar os resultados do Esquadrão de Segurança nas operações de Segurança Pública, pôde ser alcançado comparando os resultados obtidos por militares que atualmente trabalham em operações de segurança pública, que são as principais ferramentas para esta pesquisa com os óbices apresentados anteriormente.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 CAPACIDADES DO ESQUADRÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

A capacidade de uma organização militar, independentemente de sua magnitude e missão, é medida tomando como parâmetro sua conformação orgânica e os recursos humanos e logísticos disponíveis para a execução das tarefas inerentes a sua responsabilidade institucional, sem deixar de lado, o tipo de treinamento que realiza bem como as habilidades militares e/ou técnicas que emprega, bem como a adaptabilidade para realizar outras tarefas especiais emanadas pelo alto comando.

Segundo Vinício (2016, p. 7) "A logística tem vindo a desenvolver-se ao longo da história, de forma a servir de suporte às forças combatentes e poder disponibilizar recursos humanos, materiais ou financeiros na hora e local adequados e assim cumprir as operações planejadas".

Segundo Vinício (2016, p. 12) "A logística consiste em disponibilizar recursos humanos e materiais, para que as forças possam operar e, desta forma, resolver os problemas que se geram na execução das atividades cotidianas da instituição".

Segundo Encarnacion (2009), as instituições militares tiveram que melhorar suas forças capacitando e supervisionando assim como treinando em prol das tarefas de segurança pública, utilizando mais ferramentas para garantir a segurança dos cidadãos em apoio à Polícia Nacional.

Segundo Coimbra (2012, p. 129) "a reestruturação das Forças Armadas, com a redefinição de seus papéis, tem sido um processo político liderado pelos poderes executivos dos países, em consulta com órgãos militares", o que significa que os

Estados tiveram que influenciar de modo direto suas Forças Armadas, em organizações para missões de emprego e segurança pública.

De acordo com Coimbra (2012, p. 139), devido às novas ameaças de crime, as forças armadas tiveram que separar as funções militares e policiais, profissionalizando assim, as organizações militares apenas em questões estritas de tarefas de segurança pública.

Devido ao acima exposto, a Força Aérea da República Dominicana foi obrigada a criar o Esquadrão de Segurança Pública, que atualmente é uma das unidades modernas da instituição, nascido com um propósito predeterminado pelas autoridades que motivaram sua criação, para enfrentar a criminalidade que ameaçava a sociedade dominicana.

O Esquadrão de Segurança Pública foi estruturado e equipado com armas e equipamentos militares de acordo com a ameaça prevalecente no momento de sua criação, e à medida que foi progredindo, foi ganhando espaço em outros aspectos relevantes, o que exigiu um constante e diversificado fortalecimento de suas capacidades.

Segundo Aguilar (2017), o eixo principal da modificação militar foi a reformulação da missão e da doutrina da instituição militar, onde a separação entre defesa e segurança pública é notável, o que poderia contribuir para o fortalecimento das missões de segurança pública do corpo militar.

De acordo com Aguilar (2017 apud Cajina, 2014 p. 5), a militarização teve que ser marcada devido a:

“aumento de tropas e gastos militares; novas aquisições de armas e meios; construção de novas instalações; nomeação de oficiais ativos ou aposentados em ministérios do Interior (Segurança), quartéis-generais de polícia e outros cargos públicos; militarização da polícia; criação de unidades militares dentro delas; aprovação de leis e decretos que concedem maiores cotas de poder e espaços de autonomia funcional aos exércitos, e operações conjuntas exército-polícia”. (AGUILAR, 2017, p. 5)

A Força Aérea Dominicana teve sua base legal em decretos e ordens gerais internas, adaptadas a criação de programas que fortalecem suas próprias missões de Segurança Pública, contribuindo com capacidades tanto em logística quanto operacional, com um comando centralizado e profissional capaz de realizar operações funcionais.

O Esquadrão de Segurança Pública, a fim de realizar o treinamento e ser empregado nas diversas tarefas diárias e apoio que lhe são confiados, possui uma série de unidades que compõem sua estrutura organizacional e complementam sua

Tabela de Organização e Equipamentos (TOE). Com relação às capacidades de controle com as armas e equipamentos utilizados pelos membros que atuam no Plano de Segurança Pública, estes serão fornecidos diretamente pelo comandante natural do Esquadrão de Segurança Pública.

Freire (2014) apresenta a seguinte definição para esse novo conceito:

Diante desta nova realidade, as Forças Armadas estão realizando um processo de reestruturação concebido como um processo abrangente de transformação institucional, para o qual convergem vários elementos necessários de ajuste, tais como: sua estrutura organizacional, os instrumentos regulatórios que a regem, sua doutrina de emprego, suas capacidades, a otimização de sua infraestrutura (FREIRE, 2014 p. 89).

Pelo exposto acima, a estrutura organizacional do Esquadrão de Segurança Pública da Força Aérea Dominicana, realizou um processo para uma mudança organizacional, realizando assim missões não afetadas suas próprias, que são de defender o espaço aéreo.

De acordo com Freire (2014), esta reestruturação de organizações procura obter um aumento das capacidades, cujo desafio é mudar as funções das missões e tarefas que são impostas a estes novos grupos, usando os meios disponíveis, tornando suas habilidades mais eficientes.

Tolentino (2018) observa que:

A renovação, aquisição de recursos logísticos de mobilidade e reestruturação dos comandos inferiores com o objetivo de melhorar a qualidade de vida e os procedimentos funcionais, treinar o pessoal da unidade para atender às necessidades e exigências dos tempos atuais, em apoio à segurança pública (MORLIN, 2018 p. 49).

Segundo Tolentino (2018) a elaboração de um plano estratégico para um programa focado em treinamento, alistamento e reestruturação da infraestrutura física, deve ser sempre buscando o bem-estar do soldado, para assim cumprir suas tarefas implícitas focadas na segurança do cidadão, sempre buscando bem-estar institucional, com foco em cumprir as missões efetivamente. Assim, estas medidas foram adotadas pela Força Aérea Dominicana, que procurou racionalizar muito as missões de segurança pública, dando um marco legal na instituição através da ordem geral nº 1 de 2019, criando o Esquadrão de Segurança Pública, fornecendo a capacidade institucional, para apoiar as forças civis contra o crime que está dominando a sociedade dominicana.

Se faz necessário enfatizar que as capacidades obtidas com a criação de um Esquadrão de Segurança Pública e a participação de seus membros na ordem pública, surgiram como uma alternativa para enfrentar o crime, pois seus membros estão voltados a cumprir as tarefas atribuídas para este fim, com base nisso, será

possível estabelecer um perfil ideal tanto em sua preparação quanto em suas habilidades pessoais.

3.2 OPERAÇÕES DA ESQUADRA DE SEGURANÇA PÚBLICA

As operações em termos de segurança pública também podem ser chamadas de ferramentas de segurança e controle, estes são procedimentos que são usados para executar serviços, ou seja, é esse processo que é planejado para prevenir e/ou agir contra um ataque de segurança. As operações em termos de Segurança Pública implementam serviços básicos de segurança que são amplamente viáveis para o desempenho adequado dessas tarefas de Segurança Pública.

Assim, de acordo com Dammert e Bayley (2005), esta abordagem é a seguinte:

A segurança pública provocou, por um lado, a necessidade de realizar reformas importantes nas instituições policiais e, por outro, uma forte pressão para incorporar forças militares na luta contra o crime, as drogas e outros perigos de segurança interna (DAMMERT AND BAYLEY, 2005 p. 136).

Segundo Coimbra (2012), um relatório oferecido pelos países da América Latina indicou que as Forças Armadas têm um papel importante nas operações de Segurança Pública e trazem eficiência nos métodos de combate ao crime, onde tais operações são executadas a fim de neutralizar os atos criminosos e proporcionar segurança à cidadania.

Segundo Freire (2014), atualmente há um aumento da insegurança, ele menciona a importância das operações militares relacionadas à Segurança Pública para contribuir com situações desta natureza; a ferramenta fundamental para enfrentar este problema é a força militar para sua disciplina, determinação e treinamento para responder de forma satisfatória à insegurança.

Como parte dessas operações, o Esquadrão de Segurança Pública utiliza suas tropas para cobrir as estradas públicas mais importantes, bem como centros comerciais, bancos e pontos onde, devido a suas vulnerabilidades, podem estar expostos à prática de atos criminosos.

Segundo Freires (2014), a intervenção de operações militares pode incluir o controle de armas ilegais, operações preventivas, inteligência anticrime e outras operações para o controle do crime organizado, em grande parte abordando os

aspectos que trazem o aumento da insegurança dos cidadãos, gerando conseqüentemente um aumento da confiança nos membros das Forças Armadas.

As operações militares apresentam um melhor planejamento e supervisão no cumprimento de todas as ações realizadas pelos militares, tendo assim um bom desempenho em todas as tarefas, assim como realizam programas de instrução para a preparação de rotinas e atividades.

O papel do Esquadrão de Segurança Pública, desde a sua criação, tem sido fundamental nas suas operações, bem como suas ações realizadas correspondem às necessidades, frente ao aumento da insegurança e delinquência. Além disso, tornou-se um membro integrante da Comissão Nacional de Emergência que também conduz operações conjuntas e interagências de prevenção, segurança e manutenção da ordem pública em apoio às decisões emanadas do alto comando, com o objetivo de proteger vidas e bens.

Segundo Tolentino (2018), operações militares em segurança pública:

Eles ditam uma série de ações ligadas à manutenção da ordem pública contra manifestações, insurgências, organizações sindicais, populares, políticas, profissionais, sindicais, ou não, com o apoio de setores radicais internos ou externos, pretendem perturbar ou ameaçar, tanto em nível nacional, regional, provincial ou local. (TOLENTINO, 2018, p. 28)

Segundo Tolentino (2018), o papel das operações militares em matéria de Segurança Cidadã tornou-se um trabalho de autenticidade operacional e de esforço, isto se deve à ineficiência dos sistemas policial e judicial, criando assim a necessidade do emprego dos militares.

O Esquadrão de Segurança Pública também é designado para auxiliar outras instituições estatais estabelecendo operações de coordenação e controles fundamentais que sustentam a eficácia desta colaboração, tais como: apoio à migração legal, apoio ao combate ao tráfico de drogas, apoio ao meio ambiente, sendo sua principal tarefa apoiar a Polícia Nacional em assuntos de ordem pública.

A fim de garantir que as operações realizadas pelos membros do Esquadrão sejam conduzidas dentro de uma estrutura legal, de acordo com as normas nacionais, o Plano Nacional de Segurança Pública baseia-se em uma série de leis, decretos presidenciais, documentos legais e outros textos oficiais.

3.2.1 OPERAÇÕES E PLANOS UTILIZADOS PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

A fim de combater o aumento da criminalidade no território nacional e também para proteger nosso país contra qualquer ameaça que possa surgir, as Forças Armadas desenvolveram uma série de planos para lidar com eles. Neste sentido, segue um resumo dos principais planos emitidos, que trazem consigo uma série de operações diárias a fim de cumpri-los. Surgiram nos anos anteriores à criação do Plano de Segurança Interna e Cidadã, onde o Esquadrão de Segurança Pública tem uma participação muito ativa e, portanto, desempenha um papel muito importante dentro dele.

Plano *Centella*.

O Plano *Centella* foi um documento oficial preparado pelas Forças Armadas da República Dominicana para desenvolver ações mistas, com a intenção de encontrar armas de fogo ilegais e ao mesmo tempo recuperar aquelas que foram perdidas ou roubadas de militares e civis que tinham as autorizações correspondentes para transportá-las e possuí-las.

Plano *Gavión*.

O Plano Conjunto de Operações *Gavión*, surge em 2005, com a intenção de evitar o êxodo maciço de imigrantes ilegais do país vizinho do Haiti para o Território Nacional. O principal papel das Forças Armadas e da Polícia Nacional é apoiar a Direção Geral de Migração no controle da entrada de haitianos ilegais em território Dominicano, está contemplado na realização de operações de detenção de migrantes em toda a fronteira, costa e espaço aéreo nacional, evitando assim que o fluxo de imigrantes afete negativamente a integridade de nossa Nação.

Este plano operacional surgiu como resultado da ameaça colocada pelo país vizinho do Haiti, que naquela época tinha uma população de 8 milhões de habitantes, 5 milhões dos quais vivem em áreas rurais e pelo menos 3 milhões dos quais vivem em condições precárias.

Plano *Hurón*.

Este plano é estabelecido a partir de 2009, para contrariar a possibilidade de que sindicatos, organizações populares, políticas, profissionais, sindicais ou outras, com o apoio de setores radicais internos ou externos, possam tentar perturbar ou ameaçar, seja em nível nacional, regional, provincial ou local, a ordem pública e/ou a

segurança do Estado, podendo assim, independentemente de suas intenções, desestabilizar o governo legalmente constituído.

A principal missão das Forças Armadas é realizar operações de reconhecimento, apoiar a Polícia Nacional e estabilização para a restauração e manutenção da ordem pública em território dominicano, a fim de garantir o respeito à Constituição e às leis.

Plano Relâmpago.

Este é outro dos planos onde o Esquadrão de Segurança Pública, FARD, atua, que estabelece que as Forças Armadas, como membro do Centro de Operações de Emergência (COE), devem executar operações em nível nacional nas diferentes fases realizadas para a prevenção, mitigação e resposta a um desastre natural, sócionatural e antropogênico, realizando conjuntamente operações de segurança e manutenção da ordem pública em apoio à Polícia Nacional, a fim de garantir a proteção de vidas e bens e restaurar as condições normais no país.

De acordo com (Sanso-Rubert 2013 p.125) "a prudência deve prevalecer neste tipo de operação. É necessário determinar claramente de antemão as responsabilidades e as linhas de comando, bem como as regras de engajamento a serem adotadas caso seja necessário o uso da força".

Com relação aos planos acima mencionados, onde atua o Esquadrão de Segurança Pública, pode-se ver que cada um deles reforça uma área de Segurança Pública e todos eles têm uma importância preponderante e exigem uma capacidade diferente, já que têm um objetivo característico, onde são realizados diariamente nas diferentes operações que são executadas para o uso da Segurança Pública.

3.3 DEBILIDADE DE ESQUADRÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

De acordo com Tolentino é expressa:

Ver soldados agindo em seu trabalho de segurança cidadã com membros da Polícia Nacional, não é uma questão nova, várias décadas atrás têm desenvolvido este procedimento ou forma de ação. Mais quando se trata de membros de unidades das Forças Especiais sob o comando de membros da polícia, para os primeiros é um tanto desconfortável estar sob o controle dos segundos, pois lhes é vendida a ideia de que a polícia é apoiada em questões de segurança do cidadão, pois o mandato constitucional nos obriga a dar apoio quando a Polícia Nacional (PN) perdeu o controle das ruas. (TOLENTINO, 2018, p. 49).

Segundo Dammert e Bailey (2005), um fator que caracteriza os membros do Esquadrão é o ceticismo dos cidadãos em relação às ações da nova Unidade,

devido às causas da baixa capacidade e de muito baixo nível de profissionalização que apresentam no trabalho de enfrentar a delinquência.

Tal fato, sugere que os membros das Forças Armadas não têm uma cultura de Segurança Pública e que quando a retiram de seu próprio ambiente de suas atividades diárias, é muito difícil para eles se adaptarem às tarefas de segurança pública.

Nesta circunstância, os militares dos diferentes Comandos da Força Aérea Dominicana não foram treinados em técnicas policiais de confronto urbano, de modo que seu desempenho foi muito dissociado de suas capacidades, gerando na época apenas dissuasão nas vias públicas.

Outras dificuldades enfrentadas pelos militares foram a logística dispersa, não conseguindo chegar a tempo a determinadas ocorrências, como também, a pronta resposta em caso de uma chamada de emergência, já que se tratava de um exercício envolvendo pessoal militar de diferentes unidades.

O papel desempenhado pelos Comandos antes da criação do Esquadrão de Segurança Pública estava intimamente ligado às missões convencionais de infantaria, onde estas unidades não tinham um papel voltado as missões de ordem pública, o que levou a uma deficiência na capacidade de realizar estas tarefas, também em outro sentido, não havia um conceito claro de doutrina em assuntos policiais.

Segundo Freire (2014) a falta de especialização dos militares em assuntos policiais levou a violações dos direitos humanos, devido à falta de conhecimento nas tarefas de segurança pública e por não serem treinados da mesma forma que o efetivo de policial, sendo um denominador comum a insegurança para enfrentar as missões com eficiência.

Tolentino (2018) em seu estudo aponta algumas fraquezas que não permitiram que os militares realizassem eficientemente as tarefas de segurança pública, dentre elas estão: falta de recursos humanos para o desenvolvimento das tarefas designadas, limitações logísticas de armas, munições, suprimentos, autonomia de transporte para as missões confiadas e limitações de comunicação da campanha, e falta de treinamento em defesa.

De acordo com Dammert e Bailey (2005), é muito relevante:

O relacionamento com a comunidade tornou-se um dos elementos centrais de qualquer estratégia de prevenção e controle do crime. Assim, a maioria das instituições policiais da região adotou um discurso que enfatiza a

importância da colaboração com a comunidade. (DAMMERT E BAILEY, 2005, p. 143).

No exposto acima, a falta de identidade onde os militares e os veículos envolvidos na ordem pública não foram identificados, esta situação criou confusão e descrédito na comunidade, bem como insegurança se estivessem realizando operações de ordem pública, de modo que a cooperação e intervenção entre aqueles chamados a prevenir o crime e a sociedade deve ser considerada conveniente.

Segundo Sanso-Rupert (2013) "a instituição policial deve ser um órgão profissional capaz de desenvolver iniciativas de prevenção, controle e investigação criminal de forma eficaz e eficiente". "Aspecto pelo qual, em princípio, nenhum militar recebe um mínimo de treinamento".

Isso explica por iniciativa, as instituições militares deviam treinar seus membros em tarefas de ordem pública desde o início de seu treinamento militar, pois o não cumprimento de seu treinamento implicava uma deficiência nessas tarefas, o que era uma fragilidade do Público. Esquadrão de Segurança

4 APRESENTAÇÃO DOS DADOS E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Após ter realizado esta pesquisa sobre a criação da Esquadrão de Segurança Pública, é evidente que ela tem sido satisfatória para as operações de ordem pública, o que levou os membros a serem mais profissionais no assunto.

Foi realizada uma pesquisa com 8 (oito) perguntas direcionadas 25 (vinte e cinco) membros do Esquadrão de Segurança Pública, que estavam lotados nas Forças Armadas antes de sua criação e que agora fazem parte dele. As respostas a estas perguntas são enquadradas com grande valor para o escopo deste objeto de estudo.

Pergunta 1

Você acha que com a criação do Esquadrão de Segurança Pública, as operações de ordem pública estão sendo realizadas de forma adequada?

Tabela 1 Conformidade nas operações.

Opções	Pessoal Pesquisada	Porcentagem %
Sim	20	80
Não	1	8
É possível	4	12

total

25

100

Fonte: O autor.

Gráfico 1 - Conformidade nas operações



Fonte: O autor.

Análise: Aqui pode ser visto que 80% dos entrevistados entendem que as operações realizadas pelo ESP são eficazes, apenas 8% dizem NÃO, mas há 12% que dizem que podem ser feitos melhores esforços. Estes resultados mostram que, de acordo com a Abreu (2009) e Coimbra (2012) as Forças Armadas tiveram que melhorar suas organizações nas tarefas policiais para cumprir tarefas de ordem pública.

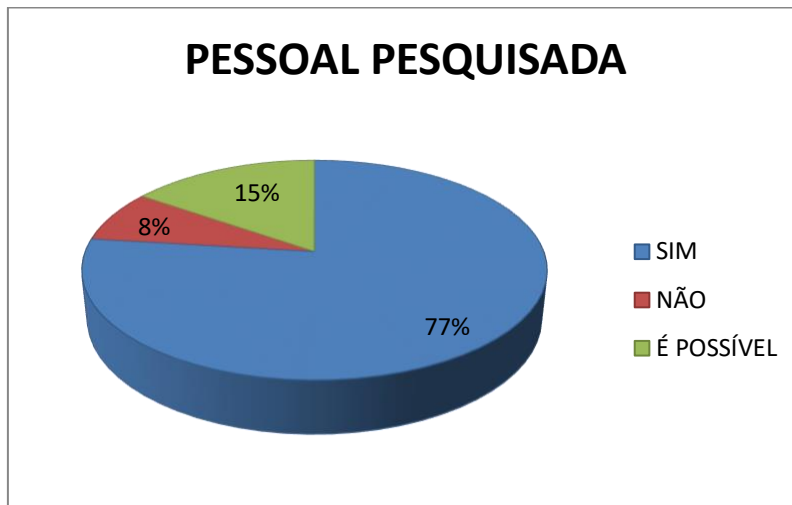
Pergunta 2

Você acha que a criação do ESP poderia ajudar a aumentar as capacidades de seus membros nas operações de Segurança Pública?

Tabela 2 – Desenvolvimento de capacidade.

Opções	Pessoal Pesquisada	Percentagem %
Sim	19	77
Não	2	8
É possível	4	15
total	25	100

Fonte: O autor.

Gráfico 2 - Desenvolvimento de capacidade

Fonte: O autor.

Análise: Pode-se observar que a maioria dos entrevistados acredita que a criação da organização valida o crescimento das capacidades de seus membros em operações de segurança pública e seria de grande utilidade, com 77% dos entrevistados dizendo que isso é possível. Em contraste, 8%, enquanto 15% diz que isso é possível. Com estes resultados, o estudo realizado por Aguilar (2017) mostra que para os militares realizarem tarefas de segurança pública é importante separar as tarefas habituais da polícia. Criação de organizações segregadas para essas operações.

Pergunta 3

Você acha que com a criação deste ESP o comandante poderia ter mais controle e um comando mais centralizado dos seus subordinados?

Tabela 3 – Controle e centralização.

Opções	Pessoal Pesquisada	Percentagem %
Sim	23	92
Não	2	8
É possível	0	0
total	25	100

Fonte: O autor.

Gráfico – 3 Controle e centralização.

Fonte: o autor.

Análise: 92% dos entrevistados consideram que com a criação do ESP, um comandante poderia ter um melhor desempenho, conseguindo maior controle e centralização em suas funções. 8% consideram o oposto, enquanto ninguém considera como resposta se isso é possível. A partir disto, pode-se deduzir que o número de membros que consideram um esquadrão centralizado satisfatório é ainda maior. Por meio dessa conclusão, segundo Freire (2014), em seu trabalho ele explica o processo de mudanças organizacionais, sendo isso benéfico para o controle.

Pergunta 4

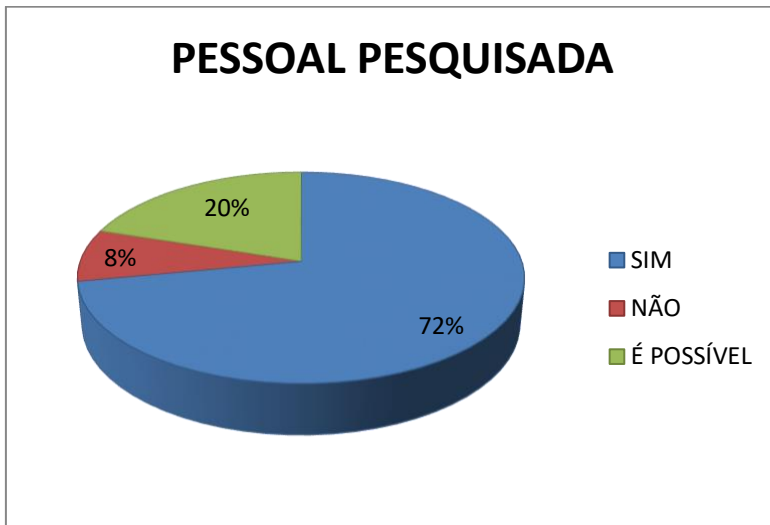
Você acha que os recursos humanos estão melhor treinados para as operações de ordem pública, tomando sua criação de ESP como ponto de partida?

Tabela 4 – Fortalecimento - Capacidades

Opções	Pessoal Pesquisada	Percentagem %
Sim	18	72
Não	2	8
É possível	5	20
total	25	100

Fonte: O autor.

Gráfico 4 - Fortalecimento - Capacidades



Fonte: O autor.

Análise: a grande maioria (72%) dos entrevistados considera que o ESP gerou um fortalecimento das operações de aplicação de ordem pública, apenas 8% diferem, com 20% dos entrevistados acreditando que isso é possível. Este resultado da pergunta em questão, mostra conclusões realistas de nossos pesquisadores como Freire, Tolentino, Aguilar de que o treinamento dos militares em matéria de segurança pública seria o ponto de partida para um bom desempenho nas operações desta ordem levando em consideração uma organização projetada para essas tarefas.

Pergunta 5

Você considera que as fraquezas tanto das operações quanto dos militares, antes da criação da ESP, eram devidas à falta de uma estrutura doutrinária da Força Aérea da República Dominicana?

Tabela 5 - Pontos fracos diante da ESP devido à falta de estrutura e doutrina.

Opções	Pessoal Pesquisada	Porcentagem %
Sim	22	88
Não	1	4
É possível	2	8
Total	25	100

Fonte: o autor.

Gráfico 5 - Pontos fracos diante da ESP devido à falta de estrutura e doutrina.



Fonte: O autor.

Análise: entre os respondentes mostrou que 88% se posicionou positivamente quanto a falta de uma estrutura organizacional e doutrina se devia à inexistência de uma ESP; apenas 4% disseram não; mas 8% disseram que não tinham certeza de que a mudança organizacional era a razão para o sucesso das operações. Com esse resultado, sugerimos que, segundo Dammert e Bailey, o trabalho realizado pelos militares nas operações de segurança pública carecia de uma doutrina policial, e que este deveria ser mais adequado às tarefas de ordem pública.

Finalmente, a análise realizada na pesquisa permite destacar os progressos institucionais realizados pela Força Aérea da República Dominicana, criando uma organização capaz de enfrentar com cuidado e entusiasmo o trabalho pela ordem pública, permitindo enfrentar com profissionalismo os desafios que lhe são confiados a partir do nível superior, destacando as capacidades dos militares, dando uma resposta oportuna às ameaças sociais que assolam a sociedade dominicana.

5 CONCLUSÃO

A Segurança Pública é uma questão de grande importância para a República Dominicana, pois influencia muito a economia nacional, principalmente em relação ao turismo, bem como no desenvolvimento das atividades comerciais e sociais. Neste trabalho de pesquisa, foi possível mostrar como as Forças Armadas criaram organizações para poder operar em tarefas de Segurança Pública.

Esta pesquisa começou em seu primeiro capítulo tratando de aspectos relevantes sobre as capacidades de um esquadrão para trabalhar eficazmente, a fim de responder a operações de ordem pública, permitindo às Forças Armadas aplicar estratégias em suas diversas forças especializadas, tanto militares quanto criando infraestrutura para lidar com o flagelo causado pelo crime.

Em nosso segundo capítulo, discutimos questões operacionais nas quais os militares estão envolvidos em assuntos de ordem pública, assim como as medidas tomadas pelas organizações envolvidas na segurança pública, que através das necessidades exigidas pela sociedade, os órgãos militares tiveram que projetar exclusivamente operações policiais, a fim de tornar mais eficaz o trabalho de segurança pública.

Através do terceiro capítulo foi possível expor as fraquezas tanto dos militares quanto das organizações destinadas à ordem pública, isto se deveu em grande parte à falta de doutrina policial, assim como de uma organização especialmente para estes fins. A falta de logística, a falta de experiência dos soldados e um comando descentralizado levaram ao fato de que as operações realizadas para a ordem pública tinham muitas deficiências e eram incapazes de cumprir efetivamente as missões designadas.

Em nossa análise de dados, foi realizada uma pesquisa no Esquadrão de Segurança Pública do atual e antigo pessoal militar e ficou claro que a implementação de uma organização de segurança pública dentro das forças armadas é obviamente importante. O treinamento, as capacidades doutrinárias da polícia, criou na Força Aérea da República Dominicana uma satisfação institucional que motivou seus membros e melhorou as operações de ordem pública.

Em resumo, a criação de um Esquadrão de Segurança Pública a fim de melhorar as capacidades operacionais dos membros da Força Aérea da República Dominicana em missões de ordem pública, foi uma necessidade estratégica exigida

pela sociedade Dominicana, alcançando assim com esforço e ímpeto as metas
propostas pela instituição.

REFERÊNCIAS

- BOBEA, L. **La seguridad y la defensa en la Republica Dominicana em el siglo XXI**. Santo Domingo, 2009.
- COIMBRA, L.O. **El involucramiento de las Fuerzas Armadas em actividades de seguridad en la Americas**. Quito, 2012.
- DAMMET, L.; BAYLEY, J. **Reforma policial y participacion militar en el combate a la delincuencia. Analisis y desafios de América Latina**. Chile, 2005.
- ENCARNACION, E.A. **El empleo de las Fuerzas Armadas en funciones de Seguridad Nacional Publica y Seguridad Ciudadana**. Santo Domingo, 2014.
- FEIRE, C.S. **Participacion de las Fuerzas Armadas em el control del orden publico y seguridad ciudadana**. Quito, 2014.
- LEOPOLDO, A. **Seguridad ciudadana en la Republica Dominicana: Desafios y propuesta politica**. Santo Domingo, 2009.
- REPÚBLICA DOMINICANA. Congreso Nacional. **Constituição da República Dominicana**. Santo Domingo, RD, 2010.
- REPÚBLICA DOMINICANA. Congreso Nacional. **Lei Orgânica das Forças Armadas nº 139-13**. Santo Domingo, RD 2013.
- REPÚBLICA DOMINICANA. Congreso Nacional. Decreto nº 02-08, **Regulamento Disciplinar Militar das Forças Armadas**. Santo Domingo, RD 2011.
- REPÚBLICA DOMINICANA. Congreso Nacional. Decreto nº 310-06, **Em patrulhas noturnas**. Santo Domingo, RD 2006.
- REPÚBLICA DOMINICANA. Congreso Nacional. Decreto nº 189-07 sobre a **Diretiva de Segurança e Defesa Nacional**. Santo Domingo, RD 2007.
- REPÚBLICA DOMINICANA. Ministerio de Defesa. **Plano de Segurança Interna e Cidadã**. Santo Domingo, RD 2013.
- SANSO-RUPERT, P.D. **La seguridad ciudadana y las Fuerzas Armadas: Despropósito o ultimo recurso frente a la delincuencia**. Espanha, 2007.

TOLENTINO, M.F; Propuesta para la Implementación de un Programa Orientado a las Técnicas Policiales Modernas, para fortalecer las Capacidades de los Miembros de la Fuerza Aérea de República Dominicana, en sus roles de Seguridad Ciudadana, a partir del 2020. Republica Dominicana; 2018.

VINICIO, M.R. El Sistema Logístico Naval y la interrelación de la Función Logística Sanidad con las funciones logísticas: abastecimiento, mantenimiento, transporte, desarrollo y personal. Quito.2016